

RESUMO

A conquista do título de Patrimônio da Humanidade, outorgado em 1997, graças ao acervo arquitetônico de São Luís, juntou-se a alusão à fundação francesa e a outras denominações como "Cidade dos Azulejos", "Ilha dos Amores", "Atenas Brasileira" e "Jamaica Brasileira" como referenciais identitários, pelo menos para algumas parcelas da população. Presente nos ônibus, táxis, cartazes, propagandas o "título" passa a fazer parte do cotidiano da cidade. O objetivo desse texto é discutir sobre a percepção que segmentos de baixa renda da população de São Luís tem sobre o título de Patrimônio da Humanidade e a preservação do Centro Histórico.

Palavras-chave: Patrimônio, preservação. Centro Histórico, São Luís.

1 INTRODUÇÃO

São Luís foi fundada em 1612 fruto da ação dos franceses que questionavam o Tratado de Tordesilhas que estabelecia a divisão do continente americano apenas entre Portugal e Espanha. No início do século XVII a ocupação portuguesa limitava-se ainda a uma pequena área do território que lhes cabia, ficando extensas áreas, principalmente no Norte do Brasil, a mercê de outros invasores europeus.

A constante ameaça de invasões fez do Maranhão um posto fortificado, que foi gradativamente sendo ocupado pela colonização. É nesse contexto que São Luís começa a se constituir. A malha urbana da cidade, inicialmente, "expressa as relações familiares que articulam: os colonos vão se estabelecendo ao redor de parentes e de amigos". Os núcleos vão se formando ao redor de pontos vitais como fontes, igrejas e conventos e já em 1727 percebe-se "... a preocupação da administração municipal com o traçado da cidade, alinhamento das ruas, manutenção de quadras delineadas, feitura de calçadas, limpeza de estradas..." Apesar disso, até aproximadamente 1760 São Luís não passava de uma pequena vila (MOTA & MANTOVANI, 1998, p.19-22).

O crescimento da cidade só foi intensificado com a fundação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, que estimulou a produção agrícola através da introdução de africanos com preços e formas de pagamento subsidiados. O Maranhão

* Mestranda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão

inseriu-se assim no sistema agroexportador com a produção de algodão e arroz (JACINTO, 2000, p.16).

A partir de então, São Luís torna-se um centro comercial, ocorrendo um aumento e diversificação significativos de sua população. "O movimento da cidade tornou-se mais denso, ampliando-se a sua malha urbana, que passou a contemplar também unidades fabris..." (FARIA, 1998, p.78). Nesse contexto, a Praia Grande consolida-se como bairro comercial.

Silva (2002, p.31), aponta as mudanças ocorridas nesse período, mostrando a sofisticação permitida pelo desenvolvimento econômico.

As casas, que eram em sua maioria precárias e construídas de taipa e palha, passaram a ser substituídas por edificações de alvenaria de pedra argamassada com cal de sarnambi e óleo de peixe. A madeira utilizada era madeira-de-lei e as cantarias com acabamento em pedras de lioz, eram importadas de Portugal.

Os grandes proprietários de terra e grandes comerciantes procuravam erigir seus casarões e sobradões. "Tais casas iam sendo construídas nas ruas mais valorizadas, situadas próximas ao promontório onde a cidade tinha se originado, às igrejas, às fontes ou ao bairro comercial" (FARIA, 1998, p.78).

São esses casarões e o traçado urbano, preservados através dos séculos, que formam o hoje designado Centro Histórico de São Luís, que vai garantir, em 1997, o título de Patrimônio da Humanidade a essa cidade.

O Centro Histórico de São Luís é formado por um conjunto composto por cerca de 4 a 5 mil imóveis (CORRÊA, 2003, p.116). Abriga o mais homogêneo acervo arquitetônico colonial da América Latina, fato que justificou o título de Patrimônio da Humanidade (GUIA TURÍSTICO, 2001).

A conquista desse título, outorgado em 1997, graças ao acervo arquitetônico, juntou-se a alusão à fundação francesa e a outras denominações como "Cidade dos Azulejos", "Ilha dos Amores", "Atenas Brasileira" e "Jamaica Brasileira" como referenciais identitários, pelo menos para algumas parcelas da população. Presente nos ônibus, táxis, cartazes, propagandas o "título" passa a fazer parte do cotidiano¹ da cidade.

Mas, como esse título é percebido pela população de baixa renda? O objetivo desse texto é discutir sobre a percepção que essa camada da população de São Luís tem sobre o título de Patrimônio da Humanidade e a preservação do Centro Histórico.

O interesse foi fruto dos debates em sala de aula, primeiro, enquanto aluna da disciplina de Práticas Sociais da Memória e do Patrimônio; segundo, enquanto professora de História do 2º ano do Centro de Ensino Médio da Cidade Operária - Anexo.

Ao debater com meus alunos sobre a importância do Centro Histórico e sua preservação percebi que para alguns ela não era vista como relevante e o título de Patrimônio da Humanidade, citado e destacado constantemente pela mídia, aparentemente não tinha significado para a maioria deles.

Na tentativa de compreender melhor esse aspecto elaborei questões visando apreender qual a importância da preservação do centro histórico, o que esse título de Patrimônio da Humanidade significava e possíveis sugestões de bens que deveriam ser tombados.

2 O CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS

2.1 O título de Patrimônio da Humanidade

Vários fatores são apontados como elementos que contribuíram para a preservação do Centro Histórico de São Luís, entre eles a crise econômica que inviabilizou a modernização urbana. Corrêa (2003, p.116) destaca, que a construção da ponte do São Francisco teria possibilitado o surgimento de bairros como São Francisco, Calhau e Olho D'Água levando ao deslocamento das construções modernas, auxiliando assim na preservação do acervo que compõem o Centro Histórico.

A transferência da classe média para a outra margem do Rio Anil, no entanto, não desativou a região como um todo. Pois, o antigo núcleo da cidade, ainda concentra um dos principais centros comerciais, fato que também evitou a degradação total da área.

A área do Centro Histórico foi tombada pelo governo federal em 1955, mas apesar disso, vivenciava, até o fim dos anos de 1980, um intenso processo de degradação. Paralelepípedos trocados pelo asfalto, ruas alargadas², iluminação elétrica externa e casarões em ruínas completavam o estado de abandono. Nesse mesmo período foi iniciado o Projeto Reviver que objetivava restaurar e preservar o Centro Histórico de São Luís. Este substituiu um projeto já elaborado anteriormente denominado de Praia Grande que propunha a implantação de pousadas e programa de habitação visando a ocupação total dos espaços. O Projeto Reviver, no entanto, instalou predominantemente repartições públicas estaduais (CORRÊA, 128-9), mas atualmente vem realizando um programa de habitação

para funcionários públicos e a construção de uma grande pousada no Solar do Comércio, retomando as linhas do projeto anterior.

A revitalização dos casarões, ruas e praças além de garantir a conquista do título de Patrimônio da Humanidade possibilitou a retomada de uma relação mais estreita entre a cidade e seu Centro Histórico. O título fez com que a preservação do patrimônio histórico fosse vista como essencial, fazendo parte das políticas governamentais de forma mais intensa.

2.2 O que é ser Patrimônio da Humanidade?

Os debates envolvendo o patrimônio concentram-se principalmente no meio acadêmico e nas esferas político-administrativas. Fonseca (1997, p.39), no entanto, chama a atenção para o fato de que as análises sobre a questão do patrimônio centram-se na sua produção ou na crítica à seleção desses bens. Destaca que é necessário considerar a sua recepção, principalmente no Brasil, que devido sua diversidade cultural e em virtude da escola cumprir de forma limitada a formação de cidadãos com uma base cultural comum, tem uma população que apresenta o hábito de consumo cultural de forma restrita.

Roger Chartier (apud. FONSECA, 1997, p.39) aponta que todo receptor é um produtor de sentido, assim, é interessante perceber que nem todos tem a mesma leitura sobre o patrimônio. A recepção de bens tombados é marcada pela multiplicidade, pode variar segundo o momento histórico e também devido a influência de fatores econômicos, sociais e culturais. Membros da elite, arquitetos, turistas, moradores, com certeza terão diferentes visões sobre a relevância da Igreja do Desterro, por exemplo.

Diante dessa ausência de homogeneidade nas percepções sobre a importância da preservação dos bens tombados resolvi analisar como um segmento específico da população, formado por pessoas de baixa renda, se relaciona com a área tombada como Centro Histórico e qual significado essas pessoas atribuem ao Título de Patrimônio da Humanidade conquistado por São Luís.

A pesquisa foi realizada com em 49 alunos do turno noturno do CEM Cidade Operária I – Anexo. A idade dos entrevistados varia entre 17 e 50 anos. Sendo que a maior parte dos alunos está na faixa-etária entre 21 e 30 anos (17), havendo um percentual significativo com idade entre 17 e 20 anos (12). Moram na Cidade Operária (14) e bairros vizinhos como Cidade Olímpica (9), Santa Clara, Jardim Tropical e Janaína entre outros, localidades originárias de invasões, caracterizadas pela concentração de população de

baixa renda e com infraestrutura deficiente. Atuam em profissões caracterizadas pelos baixos salários. A maior parte (22) é apenas estudante, fruto provavelmente dos problemas econômicos enfrentados pelo país e dos altos índices de desemprego. Os demais trabalham como vendedores (as), domésticas, motoristas, pedreiros entre outras profissões.

Ao serem questionados sobre a frequência com que visitam o Centro Histórico³a maior parte (36) raramente o visitam e três nunca foram ao local. O fato de morarem longe da região central da cidade e não desenvolverem atividades constantes nessa região é um dos fatores desse distanciamento. Além disso, apesar de contar com restaurantes, museus e teatro o Centro Histórico não é um referencial de lazer para essa parcela da população.

Fonseca (1997, p.41) chama atenção para a questão da "democratização" da apropriação simbólica desses bens. Essa democratização não consiste em mera difusão das significações instituídas pelos agentes oficiais, mas deve objetivar reconhecer os usos diferenciados que são feitos dos mesmos bens e evidenciar os limites dessa apropriação que muitas vezes "... decorrem da dificuldade de acesso para grupos sociais culturalmente desfavorecidos (...) ao consumo e aos códigos de leitura dos bens patrimoniais".

A pouca frequência, entretanto, não é um fator que inviabiliza um olhar positivo sobre a importância da preservação do patrimônio histórico da cidade. Ao ser levantada essa questão, seu valor histórico e o desenvolvimento do turismo são elementos sempre destacados. Josélia Mendes, 17 anos, ao falar do Centro Histórico destaca que a região "... nos mostra um pouco do passado e sinceramente eu gosto de andar pelas escadarias, admiro muito as formas e desenhos dos azulejos". A beleza não escapa aos olhos. Para Givaldo Porto, 22 anos, é importante preservar porque "... o centro histórico é o que ficou do passado de São Luís e hoje é muito importante para a cultura do nosso povo. Por isso não devemos destruir o que ficou dos nossos antepassados, devemos preservar". Gilvan Almeida aponta que a preservação "... é uma forma de manter a história dessa cidade viva".

Segundo Riegl (apud. FONSECA, 1997, p.68) o interesse por determinadas obras não é estritamente ligado a rememoração de fatos históricos e sim por serem invocadores de um tempo passado. A esse aspecto ele denomina de "valor de ancianidade", que é caracterizado pela apreciação do passado em si.

Na segunda metade do século XIX um novo elemento passa a influenciar as políticas de patrimônio, sua utilização como produto para consumo cultural de massa. O desenvolvimento do turismo e a necessidade de destacar as especificidades locais para garantir seu desenvolvimento levam a uma valorização dos patrimônios. Esse aspecto de

questão e outros tenham confundido tombamento com destruição, os demais enumeraram bens inseridos no contexto mais amplo que leva em conta a existência dos patrimônios bio-culturais⁵.

As escolhas foram justificadas por razões variadas, mas beleza, utilidade e o fato de serem signos do passado são os mais destacados. Os bens elencados associam-se ao seu cotidiano, mas questões pessoais também influenciaram na escolha. Para Bernardino Júnior, 25 anos, a paisagem do São Francisco deveria ser tombada porque "... minha alma refresca muito naquela região". Ana Cleudes aponta a Igreja de São Pedro⁶ "... porque fica em um lugar muito bonito".

Para Maria do Socorro, e Saturnilia Pereira, 35 anos, foi a utilidade que motivou a escolha. Para elas os ônibus deveriam ser tombados para que sua preservação fosse garantida. Nesse aspecto são citadas ainda a Feira da Cidade Operária e o Porto do Ferry Boat. A Santa Casa de Misericórdia, a Biblioteca Benedito Leite e o Liceu Maranhense são destacados tanto por sua beleza quanto por sua utilidade. Ambrósio Farias, 36 anos, destaca a ponte do São Francisco "... porque sem ela não podemos atravessar para ir ao outro lado da cidade".

Elementos da cultura maranhense, como as danças, são também mencionados. Raimunda Câmara, 30 anos, chama a atenção para a beleza do Tambor-de-crioula, Dança portuguesa e do Bumba-meu-boi.

Nas respostas, extrapolam as fronteiras de São Luís e destacam que as praias, dunas de Barreirinhas, cachoeiras de Carolina⁷, mangues, floresta Amazônica e rios, também devem ser tombados. Para Maria do Amparo Bastos, 40 anos, as áreas verdes devem ser tombadas, pois estariam ameaçadas pelas invasões. As primeiras escolas, carros, ônibus e fábricas antigas também entram na lista.

No entanto, nem todos concordam com os tombamentos. O fato de não poder dispor livremente, principalmente dos imóveis, é mencionado. Para Givaldo Porto, 22 anos, "... cada pessoa cuidava dos seus bens como quisesse...". Esse posicionamento é, provavelmente, fruto da observação da realidade, pois em São Luís não é incomum prédios em ruínas devido a impossibilidade de seus proprietários para arcar com as reformas ou mesmo a manutenção dos mesmos.

Fonseca (1997, p. 35) aponta que sob o mesmo bem tombado incidem duas formas de propriedade

a propriedade da coisa, alienável, determinada por seu valor econômico, e a propriedade dos valores culturais nela identificados que, através do tombamento.

passa a ser alheia ao proprietário da coisa: é propriedade da nação, ou seja, da sociedade sob a tutela do Estado.

Essa é uma questão relevante, pois o fato do bem ser tombado não exclui seu valor econômico, causando complicações principalmente quando se trata de imóveis.

Em linhas gerais os pesquisados mostraram que apesar de não visitarem freqüentemente o Centro Histórico ele é fonte de significados também para essa parcela da população.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa nos proporcionou um olhar, que deve ser mais aprofundado, sobre as percepções de um segmento da população sobre o patrimônio. A própria idéia de patrimônio vem sendo ampliada a partir de uma série de debates acadêmicos. Mas é possível perceber que essa concepção que vai além da "pedra e cal" já está presente na sociedade.

Ao enumerarem os bens que devem ser tombados os pesquisados não se limitaram aos casarões ou bens antigos, se valeram de elementos bio-culturais ao pontuarem desde danças até praias e rios. A necessidade de políticas que estimulem a preservação do Centro Histórico e o acesso da parcela mais pobre da população a esse acervo cultural também é apontado. É interessante pontuar a necessidade de ouvir mais a população sobre essa questão para que as políticas patrimoniais possam realmente ter significado.

Apesar de não haver clareza sobre os conceitos de patrimônio, tombamento ou mesmo sobre o Título de Patrimônio da Humanidade, o Centro Histórico funciona como fonte de significados múltiplos para essa camada da população. As percepções são variadas e as oposições existem, mas em linhas gerais a preservação da área tombada é vista como necessária, seja como referencial do passado, seja como fator relevante para o desenvolvimento do turismo. Como nos diz Lenizete Silva "... esse Centro Histórico vem da história de um tempo passado, mas que ficou marcado...". E é importante garantir sua preservação.

ABSTRACT

¹ Estou usando o termo cotidiano de acordo com a definição de Heller (2004, p.17) para quem “a vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua personalidade”.

² O alargamento das ruas consistiu na diminuição da largura das calçadas, objetivando a circulação de veículos automotores.

³ O espaço delimitado como Centro Histórico no âmbito da pesquisa corresponde à Praia Grande e adjacências, excluindo a Rua Grande, Rua de Santana e Rua da Paz, marcadas pela intensa movimentação por comporem o principal centro comercial da cidade.

⁴ Alguns entrevistados não indicaram a idade.

⁵ Segundo Corrêa (2003, p.73) "O conceito de meio ambiente cultural e natural é unitário-integrado, isto é, bio-cultural".

⁶ Refere-se provavelmente ao Largo de São Pedro localizado na Madre Deus.

⁷ As cidades maranhenses de Carolina e Barreirinhas se transformaram nos últimos anos em destinos turísticos graças as suas belezas naturais.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Alexandre F. **Vilas, parques, bairros e terreiros: novos patrimônios na cena das políticas culturais de São Luís e São Paulo**. São Luís, EDUFMA, 2003.
- ENTREVISTAS realizadas com alunos do 2º ano do Centro de Ensino Médio Cidade Operária I – Anexo.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **Trabalho escravo e trabalho livre na crise da agroexportação escravista no Maranhão**. 1998. 242f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História Econômica Regional)- Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 1998.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro; UFRJ; IPHAN, 1997.
- HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. SP: Paz e Terra, 2004.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. **O tráfico interprovincial de escravos no Maranhão: 1846-1885**. 2000. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2000.
- MOTA, Antônia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob as Leis das Sesmarias**. São Luís, FUNC, 1998.
- SILVA, Creudecy Costa da. **Entre o Bacanga e o Anil: histórias e memórias das transformações urbanas de São Luís (1940-1960)**. 2002. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História Licenciatura) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2002.